

O governo e os índios

MÉRCIO GOMES
 ANTROPÓLOGO

No recente encontro do presidente Lula com a CNBB, em Itaici (SP), o tema índios foi levantado e discutido, com considerações feitas pelo ministro José Dirceu. Segundo nota veiculada pelo Cimi (Conselho Indigenista Missionário) em seu site, dia 2 de maio, o ministro teria dito que o governo Lula iria agora dar mais atenção à questão indígena, embora achasse que a correlação de forças no Congresso é desfavorável aos índios neste momento. Sobre a homologação da terra indígena Raposa-Serra do Sol, em Roraima (homologação é a simples e final assinatura do presidente da República confirmando o processo de demarcação que já teria levado mais de 20 anos de trabalho e negociação), o ministro disse achar difícil, pelos problemas políticos e sociais advindos da presença maciça de invasores dentro dos limites internos desse território. Sobre a Funai, afirmou que é “um caso quase perdido”.

Assim, das quatro considerações veiculadas pela nota do Cimi (pode ter havido mais) uma foi palavra de esperança — e três foram de desesperança. Não dá para avaliar o que pesa mais na cabeça do ministro ou se o governo Lula já completou seu ajuizamento e estabeleceu a estratégia política para realizar as promessas de campanha sobre o assunto. Essas promessas são expectativas que há muitos anos o movimento indigenista brasileiro alimenta, com altos e baixos e correspondência positiva e negativa dos diversos governos brasileiros desde o começo do século XX. As palavras do ministro Dirceu soam até mais duras do que

aquelas pronunciadas por muitos governos anteriores.

Em primeiro lugar, nunca na história do Brasil a correlação de forças políticas foi favorável aos índios, seja no Congresso, seja no Executivo, seja no Judiciário, seja na própria sociedade brasileira. Se o tivesse sido, os índios estariam ainda hoje em controle do Brasil, é claro. Entretanto, para não voltarmos aos tempos do império e da colônia, desde que o marechal Cândido Rondon, em 1910, criou o Serviço de Proteção aos Índios (de onde surgiu a Funai, em 1967, por obra do governo militar), o Estado brasileiro, principalmente o Executivo, tem tido a incumbência precípua e quase exclusiva de tratar do relacionamento da nação com os povos indígenas, em detrimento de quem a nação brasileira foi construída. Rondon, grande parte do Exército brasileiro, os intelectuais da época e um sentimento inefável, mas de consistente de simpatia pelos índios, é que levaram o Estado brasileiro à assunção da responsabilidade maior para com os povos indígenas sobreviventes. Qualquer posição diferente, que signifique uma tendência a evasão de responsabilidade, é uma quebra desse compromisso histórico.

Na verdade, a correlação de forças no Congresso brasileiro é a mais favorável aos índios desde o Congresso de 1910, quando Rondon criou o SPI. Afinal de contas, a esquerda está no poder e o governo tem maioria no Congresso! Como não passar aquilo que o governo debate e determina? O Congresso de 1910 foi movido pelas acusações de que o Brasil estava matando seus índios, daí ter aceitado a criação de um órgão que também, diga-se de passagem, tomava conta dos sem-terra brasileiros, não imigrantes estrangeiros, da época. A ousadia de Rondon,

o estadismo do presidente Nilo Peçanha e a determinação de seu ministro da Agricultura (onde estava o SPI), Rodolfo Miranda, é que fizeram o SPI começar a reverter o processo de “estadualização” da questão indígena, que deixava nas mãos dos interesses locais e regionais a sobrevivência dos índios. Eis o que não pode acontecer agora no Brasil, e o governo Lula tem que ter consciência disso e agir para avançar no processo de conclusão de demarcação das terras indígenas.

Segundo, a homologação da terra indígena Raposa-Serra do Sol é problemática, realmente. Mais problemática foi a demarcação da terra indígena Yanomami, e o presidente Fernando Collor a realizou e a homologou.

Em tempo algum foi fácil demarcar as terras indígenas

Mais problemática foi a demarcação das terras dos Xavante, durante o intenso período de expansão a Oeste do Rio das Mortes, e os governos militares, pressionados pelas lideranças desse povo, inclusive o saudoso Mário Juruna, a realizaram. A demarcação do Parque Indígena do Xingu foi iniciada por Getúlio Vargas, após projeto feito por Darcy Ribeiro e Orlando Villas-Boas, e foi homologada pelo presidente Jânio Quadros. Enfim, nunca foi fácil demarcar terras indígenas, e só por “vontade política”, expressão tão a gosto do presidente Lula, é que essas coisas são feitas no Brasil.

Afinal, será que a Funai não presta? A Funai tem uma marca negativa de origem, que é ter nascido da atitude dos militares de querer apagar a história que vinha ocorrendo no SPI, história que tinha suas máculas, mas também seus

heróis, inclusive os heróis em vida, como Noel Nutels, o último diretor geral do SPI antes do golpe militar. Todavia, mesmo com militares no poder, com algumas falcatruas e muitas irresponsabilidades, a Funai demonstrou ser capaz de cumprir suas obrigações de defender os índios dos seus inimigos locais e promover o reconhecimento de seus territórios. Eis porque cerca de 80% dos territórios indígenas atuais estão em vias de demarcação e homologação, e todo o processo de demarcação poderia ser concluído em dois anos, a um custo bastante baixo.

Que órgão administrativo brasileiro deu conta de tal porcentagem de realização de suas atribuições?

Por sorte, não por resultado de clara e objetiva ação governamental, na verdade, por força de fatores mais amplos, a população indígena brasileira como um todo mais que triplicou nos últimos 40 anos. São 210 povos e cerca de 400.000 índios, em crescimento de mais de 4% ao ano. Esses povos vivem e representam a raiz diferencial que o Brasil tem em relação às outras nações.

Como disse Gonçalves Dias, há mais de 150 anos: “Os índios foram o instrumento de quanto aqui se praticou de útil e grandioso; são o princípio de todas as nossas coisas; são os que deram a base para o nosso caráter nacional, ainda mal desenvolvido, e será a coroa de nossa prosperidade o dia da sua inteira reabilitação”.

Ao presidente Lula, ao ministro da Justiça e ao presidente da Funai, a realização da profecia do grande poeta.